

APLICAÇÃO DO CONCEITO DE BIORREGIÃO NO MOSAICO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO E DAS TERRAS BAIXAS DO MACIAMBÚ E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ENTORNO, SOB A PERSPECTIVA DA BIOGEOGRAFIA CULTURAL

Juliane Magagnin Da Soller¹
Orlando Ednei Ferretti²

RESUMO:

Para se pensar a conservação ambiental com a perspectiva da biogeografia cultural, faz-se necessário (re)pensar as relações complexas da sociedade com o seu lugar de vida, ou da sua biorregião. Essa pesquisa realiza um levantamento bibliográfico sobre o biorregionalismo e seu conceito de biorregião. A biorregião prioriza para a delimitação de sua área, formas de homogeneidade sustentadas pelos saberes e fazeres cuidadosos e regenerativos com o seu espaço geográfico e ecossistema e, assim, possibilita considerar o processo de integração e coevolução entre a sociedade e a natureza, transitando do local para as escalas maiores de decisão. A partir dessa compreensão, apresenta aplicações da biorregião e exemplifica como se delimitou a biorregião do Mosaico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e das Terras do Maciambú (Mosaico PAEST) e das comunidades tradicionais do seu entorno, na pesquisa de doutorado em andamento intitulada Paisagens da Biorregião do Mosaico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e das Terras do Maciambú.

Palavras-chave: Biorregionalismo. Conservação socioambiental. Paisagem.

RESUMO:

To consider environmental conservation from the perspective of cultural biogeography, it is necessary to (re)think the complex relationships between society and its place of life, or bioregion. This research conducts a bibliographical survey on bioregionalism and its concept of bioregion. The bioregion prioritizes the delimitation of its area, forms of homogeneity supported by careful and regenerative knowledge and practice within its geographic space and ecosystem. Thus, it allows us to consider the process of integration and co-evolution between society and nature, transitioning from the local to larger scales of decision-making. Based on this understanding, it presents applications of the bioregion and exemplifies how the bioregion of the Mosaic of Serra do Tabuleiro State Park and Maciambú Lands (Mosaico PAEST) and its surrounding traditional communities were delimited, in the ongoing doctoral research entitled "Landscapes of the Bioregion of the Mosaic of Serra do Tabuleiro State Park and Maciambú Lands."

Keywords: Bioregionalism. Socioenvironmental conservation. Landscape.

INTRODUÇÃO:

Com a perspectiva da biogeografia cultural, a aplicação do conceito de biorregião se destaca na pesquisa que investiga o Mosaico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e das Terras Baixas do Maciambú (Mosaico PAEST) e das comunidades tradicionais do seu entorno, em Santa Catarina. O conceito de biorregião, a partir do movimento do biorregionalismo,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); julimdasoller@gmail.com.

² Professor Doutor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); orlando.ferretti@ufsc.br.

considera a relevância da interação confluyente³ da comunidade com a sua paisagem no “lugar de vida” para delimitar áreas e/ou regiões. Essa forma se compõe a partir da relação da comunidade humana com o ecossistema, ou seja, o que define o recorte da área do estudo não são os limites políticos ou apenas biológicos. Assim, para estudos vinculados a povos e comunidades, sejam tradicionais, urbanas ou rurais, que se situem em saberes e práticas cuidadosas e regenerativas om o seu espaço geográfico e ecológico, a biorregião é uma alternativa contextualizada nas experiências humanas em simbiose com o ambiente para demarcar á área a ser investigada. Esse conceito também é referenciado em propostas de planejamento para a conservação ambiental.

O artigo realiza uma revisão teórica do biorregionalismo para contextualizar o conceito de biorregião neste paradigma. Indica possíveis caminhos para a utilização e delimitação da biorregião e apresenta exemplos de estudos que tem a biorregião como o recorte da sua área.

Nos resultados, apresenta a aplicação na pesquisa de doutorado que busca investigar a relação e a atuação das comunidades tradicionais com as plantas, com os demais animais e com o meio abiótico no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST), bem como as possibilidades de interação das Áreas Protegidas (APs) com essas Comunidades Tradicionais (CTs). A biorregião do Mosaico PAEST é composta pelo PAEST e as três Áreas de Proteção Ambiental (APAs), e por quatro CTs: uma Terra Indígena, um Quilombo, um grupo de Pescadores Artesanais e uma área de Agricultores Familiares Orgânicos.

O objetivo da biorregião é valorizar e agregar outros parâmetros na composição de sua área e de sua escala considerando os processos de vida inseridos e compartilhados no lugar, e assim, incorporados à paisagem. O objetivo desse artigo é trazer a biorregião para a discussão geográfica e das pesquisas acadêmicas ao especificar o conceito de biorregião no paradigma do biorregionalismo e o caminho escolhido para sua aplicação neste estudo.

METODOLOGIA

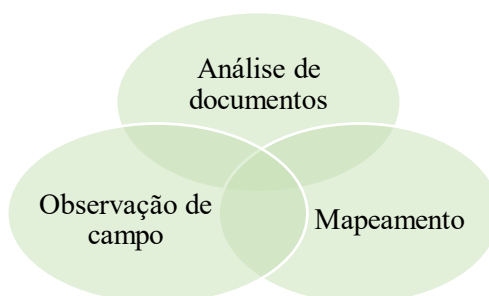
Para a compreensão do biorregionalismo, do conceito de biorregião e suas possibilidades de aplicação, realizou-se pesquisa bibliográfica. A metodologia seguiu as buscas pelas nomenclaturas: biorregião, biorregionalismo e biorregional na plataforma Google Scholar, bem como pelas referências bibliográficas de cada artigo estudado. Com isso, compôs

³ Usa-se confluyente aqui como significado pelo quilombola Bispo dos Santos (2023): *Confluência* é a energia que move na direção do compartilhamento, assim faz render, fortifica, há um apoio mútuo sem que se perca a sua identidade (BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023).

o arcabouço conceitual do referencial teórico do biorregionalismo. Foram lidos e revisados artigos até o ponto em que as referências começarem a se repetir bem como suas ideias, no entanto, isso não significa que houve o esgotamento sobre o tema.

A metodologia para classificar as biorregiões nesse estudo se constitui de análise de documentos, saídas de campo, conversas informais e mapeamento dos dados. Compreendem-se que essas etapas metodológicas são dinâmicas pela mobilidade de suas estruturas e pela interação dos procedimentos. Com esse dinamismo, elas se entrelaçam na investigação, fornecendo subsídios umas as outras, tanto na coleta, quanto na interpretação dos dados, sem hierarquia entre etapas (Flick, 2009), conforme a figura 1.

Figura 1: procedimentos metodológicos para a delimitação da biorregião.



Fonte: elaborada pelos autores, 2025.

Algumas escolhas feitas previamente pelos pesquisadores definem a primeira indicação da área de estudo. Parte-se da hipótese que há modos de interação saudável da sociedade com o ambiente e de que os saberes-fazeress dessa(s) comunidade(s) geram uma melhor qualidade ambiental no ecossistema em que habitam e podem contribuir nos planos de manejo APs onde se situam, bem como podem reunir as CTs para fortalecerem mutuamente suas culturas, suas identidades bioculturais e suas lutas ancestrais.

Com esse contexto, busca-se por uma área protegida com comunidades no seu entorno e/ou em sobreposição. O olhar encontra o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) e o Mosaico de Unidades de Conservação em que o PAEST (Mosaico PAEST) está inserido, no litoral centro-sul de Santa Catarina (SC).

O Parque é relevante para a pesquisa por sua história ambiental, é uma AP importante na conservação do bioma Mata Atlântica, como por caracterizar os conflitos preservacionistas contemporâneos das APs com CTs que incluem o debate da governança compartilhada.

A investigação principia com a pesquisa bibliográfica e análise de documentos referentes ao PAEST e as três APAs - da Vargem do Braço, da Vargem do Cedro e do Entorno Costeiro - que compõem o Mosaico. Concomitantemente, realizam-se as primeiras saídas a campo para o

PAEST, o que proporciona conversas informais com os servidores do Parque. A partir destes movimentos iniciais, são identificadas algumas comunidades no entorno. Pesquisando essas primeiras comunidades na base de dados do Google acadêmico e do Scielo, com a amostragem da bola de neve, outras comunidades são identificadas. A pesquisa não esgotou as referências bibliográficas do Mosaico PAEST e das comunidades do entorno, mas alcançou-se o que foi considerado o suficiente⁴, neste momento do estudo, para desenhar um panorama geral da área e apontar quatro grupos de CTs que se sobressaíram: terras indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares orgânicos.

Dentre as vinte CTs identificadas pelos procedimentos metodológicos citados, selecionou-se quatro para a pesquisa. Para a seleção foram priorizadas as seguintes características: 1) paisagens com a conservação do ecossistema pelos cuidados da sua população humana; 2) CTs que demonstraram interesse em participar da pesquisa, com a autorização das lideranças; e 3) CTs com interação com atividades realizadas no PAEST. As quatro CTs são: a Tekoa Pira Rupa - Terra Indígena Maciambú no município de Palhoça, Quilombo Morro do Fortunato no município de Garopaba, Grupo de Pescadores Artesanais da Guarda do Embaú também em Palhoça e Área de Agricultores Familiares Orgânicos da Vargem do Braço em Santo Amaro da Imperatriz. Todas localizadas no entorno do PAEST.

Ressalta-se que foram visitadas mais de uma comunidade de cada grupo, com a intenção, de reconhecer as paisagens na busca das áreas mais bem conservadas, dialogar com as comunidades acerca de suas motivações de participar da pesquisa e identificar as demandas das comunidades, pois a pesquisa também se preocupa em contribuir para as suas necessidades dentro das possibilidades acadêmicas.

Com as CTs selecionadas e a triagem do conceito de biorregião, prossegue-se para a etapa de elaboração do mapa com a delimitação da biorregião. Para o georreferenciamento da

⁴ Ao todo foram revisados 36 documentos sobre o PAEST, o Mosaico PAEST, os guaranis, os quilombolas, os pescadores artesanais e os agricultores familiares da biorregião, entre artigos, teses, dissertações, monografias, sites oficiais, plano de manejo e estudo de implementação do parque: Coelho dos Santos et. al, 1875; Eltz, 2015; Eltz, 2021; Fortkamp, 2008; Machado, 2014; Hauff, 2004; Cerqueira, 2021; Post Darella et al., 2004; Omena, 2022; Delfino, 2017; Peres, 2017; Carpes, 2020; Fretias, 2016; Ferretti, 2002; Pimenta, 2016; Alano; Valdati, 2019; Marchesan, 2022; Ishiy et al. 2009; STCP, 2018; IMA/SC, 2025; Bacci, 2022; Barão, 2006; Batista Gonçalves, 2015; Bertho, 2005; Brighenti; Nötzold, 2009; Carpes, 2020; Cerqueira, 2021; Ferreira, 2018; Guimarães et al., 2023; Hauff, 2004; Litaiff, Post Darella, 2000; Post Darella et al., 2004; FUNAI, 2025; ISA, 2025; Alves, 2024; Ávila, 2014; Cantelli, 2020; Mombelli, 2015; INCRA, 2025; MDS, 2025; De Sá, 2016; Machado, 2014; Peres, 2017; FEPESC, 2025; MTE, 2025; Bitencourt, 2000; Fortkamp, 2008; Freitas, 2016; Lopes, 2020; Moacyr, Bacci, 2023; Omena et al., 2022, Sasaki, 2010 ; MAPA, 2025.

imagem, obtém-se as coordenadas das áreas em sites oficiais e com as lideranças das comunidades. A biorregião segue o traçado que abarca as APs e as CTs envolvidas na pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO: Biorregionalismo: o Reabitar na Biorregião

O bioregionalismo emerge na década de 1970 entre ativistas e acadêmicos no Estados Unidos, tendo o ativista Peter Berg e o ecologista Raymond Dasmann como referências, em um movimento socioambiental, político com engajamento ético e filosófico, de contracultura ao capitalismo (Evanoff, 1999). Propõe uma transformação na sociedade para uma nova prática de habitar o planeta, centrada no lugar onde se vive. Goltfelty traduzindo o desejo de Berg, escreve: “Talvez as pessoas pudessem aprender a reabitar a Terra, aprendendo sobre as condições naturais do lugar específico onde vivem e desenvolvendo maneiras de se adaptar à ecologia (Goltfelty, 2005, p. 1, tradução livre).

Essa transformação busca gerar uma habitar consciente, no qual o ser humano se conheça, se integre e se adapte às características ecológicas do lugar, em uma relação de reciprocidade e cuidado. Nessa relação, compõe paisagens culturais, onde sistemas naturais são restaurados, as produções locais e os manejos sustentáveis atendem às necessidades humanas básicas, com políticas democráticas e descentralizadas, buscando fortalecer a identidade biocultural conectada à uma diversidade cultural (Berg, 2002; Evanoff, 2017; Sale, 2000; McGinnins, 2005). Como resume Evanoff (2017, p.55, tradução livre), trata-se de “recuperar o senso de lugar e de comunidade, revitalizando sociedades ecologicamente sustentáveis e culturalmente diversas no contexto de suas áreas geográficas locais, ou “biorregiões”.

A urgência de uma transformação social decorre da gravidade dos problemas socioambientais da era industrial; da estrutura econômica com a premissa do crescimento e do consumismo incessantes (Berg, 2002); das insuficiências do capitalismo em promover autorrealização e garantir uma qualidade de vida digna para toda a população; e da depredação do patrimônio natural em escala global (Evanoff, 1999).

A perda da biodiversidade e as injustiças sociais decorrentes da distribuição de riquezas entre as nações ampliam a dificuldade de adaptação às alterações nos sistemas ecológicos, como as emergências climáticas. Para o desenvolvimento sustentável⁵, segundo Gudynas (2002) e

⁵ O “campo da sustentabilidade” se define pelos limites da pobreza, da opulência do consumo e do uso dos recursos naturais, sendo que o crescimento econômico não deve ser o foco, nem ser rejeitado, mas deve ser guiado para atender os serviços básicos. “Não se deve estimular o consumo de supérfluos, com alto impacto ambiental e escassa contribuição para a qualidade de vida” (Gudynas, 2002, p. 186). Para os países industrializados deve ser reduzida a economia e a exploração de recursos que geram a pressão ambiental das regiões da América Latina, da África e da Ásia.

Evanoff (1999), é necessário manter o consumo acima da linha de pobreza e abaixo da linha de opulência, criando estratégias para equilibrar essa balança e respeitando, sensivelmente, os movimentos que interligam a disposição de trabalho humana e dos demais animais, as necessidades básicas das comunidades e os limites dos patrimônios ambientais. Como expressa Boff (2015, p. 3), requer-se uma mudança de consciência que substitua a lógica do “viver melhor” pela ética da suficiência, buscando o bem-estar comunitário e a harmonia com a Mãe Terra no “bem-viver”.

A mudança de consciência também diz respeito a reintegração do ser humano à natureza, com o reconhecimento de que ele é parte da teia da vida (Berg, 2002; Martins, 2017). As ilusões da separação entre civilização (sociedade) e natureza, próprias do pensamento ambiental moderno-colonial – que postula a humanidade fora da natureza e, frequentemente, em oposição e controle sobre a ela (Porto-Gonçalves, 2020) –, reiteradamente causam a destruição. As homogeneizações e as monoculturas, expressas tanto no foco econômico da vida moderna (Evanoff, 2017; Gudynas, 2002; McGinnins, 2005), quanto na padronização alimentar e cultural ocidentalizada (Figueiró, 2021) e em abordagens estritamente preservacionistas (Toledo, 2005) incitadas pela globalização, são vistas como limitantes das múltiplas dimensões que compõem a vida (Evanoff, 1998).

Para o movimento, a saída para a crise socioambiental implica “uma mudança fundamental na maneira como os humanos se veem e se relacionam com a biosfera, especificamente com a parte da biosfera onde vivem” (Berg, 2002, p. 4, tradução livre). Defende-se a (re)união das dimensões ecológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas, em um entrelaçamento onde cada dimensão está imbricada na outra, nas suas práticas locais.

O panorama “mono”, no contexto da conservação ambiental, traduz-se em políticas de preservação que se impõem em fragmentos de natureza apartados da interação humana (Figueiró, 2012) e que consideram a biotecnocracia acima de outras perspectivas, como as das populações locais, das políticas locais e regionais, e da mediação entre a produção e a conservação. São “monocriterial, monodisciplinar e monoescalar [...] e assumem cegamente um enfoque aespacial” (Toledo, 2005, p. 69, tradução livre).

Reabitar⁶ é a palavra-chave desse movimento, que enfatiza o reaprender a habitar, com o entendimento de que a Terra não sustenta o modelo de desenvolvimento contemporâneo. Esse aprendizado, centrado no “lugar de vida”, integra a cultura humana ao ambiente, com um modo

⁶ Interessante reinhabitation (reabitar) pode ser traduzido também para reassentamento, o que remete no Brasil aos assentamentos do movimento dos Sem Terra, que é mais do que uma nova forma de habitar, pois traz a luta pela garantia de acesso a terra para viver/sobreviver.

de vida que cuida, nutri, estuda e coevolui com as demais naturezas. As práticas da comunidade local potencializam a geobiodiversidade e garante o sustento da sua população humana. A comunidade engaja-se politicamente, buscando no local a resolução dos seus problemas. Participa de reflexões para enfrentar, de forma localmente coletiva e em rede, com outras comunidades, os desafios socioambientais e o acolhimento das diversidades.

Para isso, defende que as comunidades biorregionais concentrem sua produção nas necessidades básicas de sua população (alimentação, moradia, energia, vestuário e outros bens primários), incentivando o comércio local e ajustando-se imediatamente aos parâmetros de sustentabilidade proporcionados pela tecnologia existente, “em invés de confiar na capacidade de avanços tecnológicos que ainda não existem para nos salvar de um colapso ecológico” (Evanoff, 1999, p. 4, tradução livre). Os excedentes podem ser comercializados com outras comunidades. Essa segurança econômica busca não depender dos movimentos do mercado global ou da exploração de outras instâncias, permitindo que as populações locais, mantenham o controle sobre seus patrimônios naturais e culturais. (Evanoff, 2017; McGinnins, 2005).

Politicamente adota postura democrática, autônoma e descentralizada, na qual as decisões partem do local, para, então, serem discutidas em escalas maiores de poder (Evanoff, 2017). Busca-se devolver o domínio às comunidades, com planejamento e gestão do local para o global (Figueiró, 2021), definindo caminhos a partir de suas paisagens e da promoção da diversidade biológica e cultural.

Outro entendimento do reabitar é a importância da abordagem coletiva para enfrentar desafios como as mudanças climáticas globais ou a fragmentação da paisagem, a partir da consciência de que todos habitamos o mesmo planeta. Fomenta um diálogo intercultural e a criação de normas que permitam às comunidades biorregionais “cooperar efetivamente entre si na resolução de problemas compartilhados” (Evanoff, 2017, p.61, tradução livre) com ações coordenadas em diferentes escalas. Tem-se no horizonte a tecitura de alianças entre biorregiões, independentemente de suas raças, culturas e nacionalidades, guiadas pela vontade de habitar com consciência planetária.

O conceito de Habitante de Sale (2000, p. 41-42, tradução livre) destaca a importância de “se reaprender as leis de Gaia” e, para isso, é necessário conhecer e compreender o lugar específico em que vive. Nesse aprendizado além dos elementos bióticos e abióticos e suas dinâmicas, incluem-se os lugares sagrados, os que não devem ser estressados, as tradições e as histórias das populações nativas da terra. Para Berg e Dasmman (1977, p. 399, tradução livre) trata-se de “tornar-se nativo de um lugar por meio da conscientização das relações ecológicas particulares que operam dentro e ao redor dele”. Berg et al. (2013, p. 10, tradução livre)

complementam: são “as culturas ecologicamente adaptativas dos primeiros habitantes e as atividades dos atuais reabitantes, na medida em que buscam se harmonizar de forma sustentável com o lugar onde vivem”. Em países com povos tradicionais, isso implica se aproximar de seus saberes e práticas, inseridos na cosmovisão que é amalgamada às suas territorialidades.

Waissbluth (2016, p.15, tradução livre) interpreta que, para Sale (2000), os habitantes para são “moradores da terra, o que significa a condição de estar em conexão mais próxima com o ambiente circundante. Isso convida a recuperar parte da sabedoria e do senso de habitar que podem ser encontrados nas comunidades nativas”. O autor enfatiza que recuperar não é reter tudo, mas descobrir as distintas (cosmo)visões de mundo.

Goltfelty e Quesnel (2015) contam que Berg⁷ idealizou o reabitar inspirado nos povos indígenas que habitavam lugares específicos por milhares de anos, com um modo de vida que “implica se encaixar e fazer parte de um habitat, que é um lugar vivo [...]” (Goltfelty, 2015, p. 2). Especial notar que Tekoa, normalmente traduzido do Guaraní como Aldeia, significa “lugar onde vivemos, segundo nossos costumes” (Pavão e Gisloti, 2023, p. 4). Segundo McGinnins (2005, p. 2, tradução livre) “muito antes do biorregionalismo entrar no léxico dominante, os povos indígenas praticavam muitos de seus princípios”.

Neste contexto, o reabitar também representa um caminho de valorização das culturas tradicionais que, com tecnologias ancestrais, têm se adaptado e se reinventado diante de mudanças impostas aos seus lugares de vida, levando-as descobrir o reabitar em novos territórios instituídos. Esses povos r-existem⁸ (Porto-Gonçalves, 2002), enriquecendo a biodiversidade e garantindo a soberania alimentar, a moradia e a educação às suas comunidades, mesmo frente às invasões capitalistas.” O valor da floresta para os povos que vivem em seus ecossistemas é incalculável, e povos indígenas, caiçaras e ribeirinhos coexistem em ecossistemas florestais, possuindo plena consciência da proteção que esses ambientes oferecem [...]” (Pavão e Gisloti, 2023, p. 2).

⁷ Gary Snyder, outro articulador do biorregionalismo, tinha forte conexão com os pescadores do norte pacífico (Evanoff, 2017, p. 56). No livro Biorregionalismo, o pensamento biorregional é conectado com “povos indígenas, conhecimento local, políticas ambientais globais, conservação, história, educação e assim por diante.” (McGinnins, 2005, p. 4).

⁸ O conceito de “r-existência”, cunhado por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), informa sobre “resistir para existir”. Essa dinâmica adotada por diferentes grupos sociais, se faz com estratégias político-culturais, tanto para resistirem à marginalização do sistema hegemônico, quanto para seguirem existindo como resposta aos desafios constantes e necessários de se reinventarem em seus modos de vida e de habitar seu lugar (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002).

Se o “reabitar é um processo” (Glottfelty, 2015, p. 3, tradução livre) contínuo de tomada de consciência, interações e ações, a biorregião é o lugar onde o reabitar acontece, onde é praticado e refletido a partir do engajamento de sua comunidade. Os biorregionalistas entendem que, como membros de comunidades distintas, os seres humanos não podem evitar interatuar e serem afetados por sua localização e biorregião específicas. Portanto, ao se remeter à biorregião, objetivam-se reflexões, saberes e fazeres locais que favorecem posturas e consciências que levem à (re)conciliação do ser humano com a sua natureza externa - ou com as outras naturezas - e às subjetividades que componham a memória e a identidade biocultural. Trata-se de compreender que não somos apenas produtos de nossa cultura ou sociedade, mas também dos lugares e contextos dos quais dependemos (Flores, 2005).

No movimento biorregionalista o conceito de biorregião surgiu com Newkirk e Dasmann para classificar e mapear os locais por suas características naturais⁹ e não por fronteiras políticas (Evanoff, 2017). Com Berg, o termo passa a ser sinônimo de “lugar de vida” e adquire um conceito cultural, com a inclusão da presença humana como parte integrante da natureza (Evanoff, 2017, tradução livre). “Refere-se tanto ao terreno geográfico quanto ao terreno da consciência¹⁰ — a um lugar e às ideias que se desenvolveram sobre como viver naquele lugar” (Berg e Dasmann, 1978, p.1; Berg, 2002, tradução livre).

A biorregião se circunscreve a uma área que valoriza especificidades biogeográficas, em um padrão singular de características geralmente encontradas em um terreno geográfico contínuo (Berg, 2002). Inclui clima, formas de relevo, bacias hidrográficas, solos, aspectos locais das estações, plantas e animais nativos, além das particularidades de sua comunidade humana, com sua memória, história e tradições.

Tanto para Sale (2000) quanto para Berg e Dasmann (1978), as fronteiras das biorregiões são fluídas e devem ser determinadas por suas pessoas, sendo uma construção social com critérios subjetivos, além dos objetivos (Evanoff, 2017). Assim, são dinâmicas, pois acompanham e se retroalimentam dos processos de vida em seu interior.

No âmbito da biorregião, busca-se superar a sustentabilidade enquanto retórica, assumindo-a em seu dinamismo, que utiliza de forma racional as capacidades oferecidas pelos ecossistemas locais, concentradas para o bem-estar biorregional. Como alertam Berg et al.

⁹ Biorregião foi e ainda amplamente utilizado para definir regiões de vida de seres vivos, sem interferência ou a presença humana (Evanoff, 2017).

¹⁰ O terreno geográfico e o terreno da consciência, são “as representações que os sujeitos têm sobre ela e sobre as formas de vida que aí se expressam, são fatores indissociáveis” (Aberley, 1999, p. 23). (ABERLEY, Doug. Interpreting bioregionalism: A story from many voices. In: MCGINNIS, Michael Vincent (org.). **Bioregionalism**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1999. p.13-42).

(2013, p. 27, tradução livre): “Sustentabilidade significa sobrevivência”, e a biorregião é esse lugar que sustenta as comunidades interespecies.

Reconhece-se que o paradigma biorregional é um arcabouço que busca ser conceitual e funcional, no entanto por vezes se distancia da realidade¹¹ (brasileira), pela dificuldade que algumas biorregiões podem ter em alcançar autossuficiência se restritas aos materiais e produções em seu próprio espaço, bem como pelos desafios de uma política descentralizada e autônoma. Acompanha-se Gudynas (2002) na reflexão sobre a necessária integração do Brasil com os demais países da América Latina, em busca de autonomia macrorregional, dada a dificuldade em manter a autonomia frente às pressões globais.

Concorda-se com Waissbluth (2016), que as delimitações de fronteiras devem considerar a possibilidade de interesses diferentes, bem como possíveis conflitos entre países ou cidades. E, ainda que mesmo que o movimento defenda a diversidade cultural, o “forte senso de identificação, pode levar a intolerância à novas mudanças e recém-chegados” (Waissbluth, 2016, p.33, tradução livre).

Diante deste contexto, o paradigma necessita de maior refinamento para ser consolidar como opção do “reabitar” em toda a sua integralidade (com todos os seus princípios). Ainda assim, seu potencial para reintegrar afiliações ecológicas e culturais dentro de uma área (biorregião), com sensibilidade integrativa (in)formada por relevos, águas, clima, árvores, plantas e sementes, animais, memórias, crenças e histórias das comunidades, normas e conhecimento locais, mostra-se pertinente a pesquisas de conservação socioambiental. Como sintetiza Berg (2002) o objetivo é restaurar e manter sistemas naturais nos lugares onde se vive, pois sem as bacias hidrográficas, solos, ecossistemas nativos, a própria sociedade não resistirá.

Biorregião: Aplicações e escalas

Os biorregionalistas enfatizam a importância de reabitar o próprio lugar a partir do que geograficamente chamamos de paisagem, da qual co-dependemos e co-construímos em uma

¹¹ Criticam os biorregionalista por serem utópicos, mas para eles a utopia está em creditar aos avanços da tecnologia e ao mito capitalista do progresso, a garantia de salvar o mundo das urgências socioambientais, e de que o crescimento econômico contínuo é possível, sem considerar os limites da Terra (Evanoff, 1999). Avalia que mais sonhador que a crença de que as necessidades básicas podem ser satisfeitas nas biorregiões, é de que todos podem reproduzir os estilos de vida hiperconsumistas do Norte Global (Evanoff, 2017). Outras críticas que o movimento recebe são a autarquia econômica e ao isolacionismo político; e o incentiva ao nativismo, à xenofobia e ao racismo, para quais o movimento propõe a diversidade cultural (Evanoff, 2017, p. 61). Em 1991, o movimento formou o Partido Verde nos EUA (Green Party USA), propondo um Estado biorregional, com representantes políticos vinculados às biorregiões e com o poder de decisão final nas mãos das comunidades locais (Sale, 2000).

relação de pertencimento e de territorialidade. A biorregião representa a intersecção da base territorial com a cultura cuidadosamente entremeadada a ela e a todas as demais formas de vida. Essa cultura é enriquecida pelos conhecimentos da paisagem local e reflete o processo relacional e afetivo da comunidade com o seu lugar. Assim, o espaço geográfico, constituído por suas características biogeográficas particulares com fortes ligações entre populações humanas, formas de vidas indissociáveis e a configuração física do território, condiciona relações, adaptações e inovações em todas as dimensões. Essas formas permitem estabelecer as fronteiras e os sistemas de estruturas socioambientais.

De forma abrangente, a biorregião é uma definição, em escala regional, de um espaço geográfico que prioriza formas de classificação que incluem as interações saudáveis das comunidades humanas em relação ao lugar. Difere das regiões geográficas, que costumam seguir traçados políticos descontextualizados de quem as habita, ou dos biomas, que consideram as características físicas, fisionômicas e faunísticas, mas não abarcam as populações humanas.

Para a aplicação do conceito, é importante especificar a sua escala. A bibliografia consultada, indica que não há uma unanimidade quanto ao tamanho da área. A preocupação do movimento está na integração da população com seu lugar de vida e na tomada de consciência que conduza ao bem-viver¹². A biorregião não se caracteriza por um padrão pré-definido, mas por uma construção contínua de suas territorialidades e fronteiras, a partir dos movimentos dos seres que a constroem e das barreiras que encontra para sua expansão e contração (Berg, 2002).

É possível ousar elencar em “linhas gerais”, compreensões e aplicações das delimitações biorregionais. Em 1978, Berg e o Dasmann, sugeriram que os limites finais de uma biorregião são aqueles descritos pelas pessoas que nela viveram e vivem: o "reconhecimento humano das realidades da vida no lugar" (Berg e Dasman, 1978, 399, tradução livre). Neste sentido, as comunidades devem delimitar suas territorialidades de acordo com a disponibilidade, história e com seus modos de vida – cenário almejado por muitas comunidades tradicionais no Brasil.

Corroborando com essa linha, Silva (2021) propõe a escala da comunidade para trabalhar o biorregionalismo em interface com a permacultura e a economia solidária. Nessa leitura, a biorregião se apoia em “modos ecológicos de integração específicos para as interações

¹² O Bem-viver é um movimento de origem indígena, análogo a concepção de desenvolvimento, que pode ser compreendido como o equilíbrio e a harmonia na vida, em todas as suas dimensões; da diversidade cultural vivendo integrada e em harmonia com a natureza, considerando o trabalho, as festas, as brincadeiras, pois “tudo se relaciona com tudo” (Costa, p. 687). ALBERTO, Costa. Bem viver. In: CRUZ ET AL. (Orgs), **Dicionário de Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024.

humano-ecológicas fundamentadas em experiências e saberes ‘tradicionais’ ou exitosos e sustentáveis” (Silva, 2021, p. 74). Martins (2017, p. 58) endossa essa abordagem e destaca: “A comunidade é constituinte da biorregião, sobretudo a comunidade de modelo ‘tradicional’; aliás, esta é o modelo ótimo de sociedade e a biorregião é o espaço de sua expressão”.

Dois exemplos brasileiros ilustram essa aplicação: a biorregião de Mimoso, no Pantanal em Mato Grosso, que luta pela manutenção da comunidade, da biodiversidade e do território (Sato e Passos, 2011); e o Instituto biorregional do Cerrado, ecovila na Chapada dos Veadeiros, fruto da mobilização socioambiental entre ativistas ambientais, educadores e famílias que migraram para a região para fortalecer as práticas biorregionais com permacultura, ecopedagogia, comunitarismo e tecnologias renováveis (IBC, 2025).

Em uma outra linha, Berg em 1985, apoia-se nas bacias hidrográficas e considera essas os melhores princípios organizadores das biorregiões (Berg, 2002). Dessa época é o projeto de educação que se denomina Biorregional do Rio Columbia (1986). Na mesma correnteza, Klyza (2005) descreve três biorregiões no estado de Vermont delimitadas por bacias hidrográficas.

Em entrevista Berg transita para a linha dos projetos com participação popular para a conservação ambiental. Exemplo disso é a Biorregião de Shasta, na Califórnia, onde a população abraçou a causa da restauração dos habitats para os salmões (Evanoff, 1998). Berg contextualiza a biorregião como uma “janela para a biosfera do planeta”, pela qual se concretizam ações sustentáveis, como o cuidando da água que flui por sua bacia, “chega ao oceano, evapora para as nuvens e retorna como chuva” (Evanoff, 1998, p. 8, tradução livre).

No Equador, a cidade costeira de Bahia de Caraquez, comprometeu-se, por lei, a se tornar ecológica e sustentável. Um amplo projeto biorregional para revegetar um bairro com árvores nativas, controle da erosão e para criar um "corredor selvagem" urbano, contou com o apoio população de 1999 a 2021 (Eco-Ecuador Bioregional Education Index, *s.d.*).

Sale (1980) amplia o conceito ao propor 3 tipos de biorregião: (1) ecorregiões, grandes territórios que com vegetação nativa e tipos de solo semelhantes; (2) georregiões, áreas de médio porte identificadas por cadeias de montanhas, vales e bacias hidrográficas; e (3) morforregiões, unidades menores marcadas por mudanças nas formas de vida e nos padrões de uso da terra (por exemplo, locais específicos dentro de uma bacia hidrográfica).

Berg e Dasmann (1978) também mencionam diferentes zonas de interface humana com sistemas naturais - urbano, suburbano, rural, selvagem –, cada qual com uma abordagem de reabilitação apropriada.

Mantendo a perspectiva integrativa e com o foco na conservação, McGinnins (2005) insere que uma biorregião precisa ter sua população inserida no processo de restauração da

paisagem e do lugar, independentemente do tamanho. “Uma bacia hidrográfica, uma província biótica, um bioma, um ecossistema - em suma, representações de uma biorregião - podem ser restaurados e sustentados se as comunidades forem fomentadas a participar e cooperar para preservar os bens comuns” (McGinnins, 2005, p. 16, tradução livre).

Incorporando a ideia de mosaicos, Jacob (2007, p. 74 apud Martins, 2017, p. 59) define biorregião como um “mosaico de comunidades variegadas, que se justapõem (comunidades, pequenas cidades, grandes cidades, [...]) com diferentes espécies vivendo lado a lado em um ecossistema”.

Com base nos mosaicos com vistas à conservação ambiental e com planejamento territorial, Toledo (2005) discute a relação direta da memória biocultural das comunidades e o manejo da biodiversidade. Para esse autor mexicano, os mosaicos de paisagens incluem múltiplas zonas de diferentes tamanhos, formas e intensidades de manejo. Integram áreas de produção agrícola e pecuária, agroflorestal, e de desenvolvimento rural. Propõe-se manejos autorreguladores e participativos em uma integração biorregional, combinadas em 3 axiomas: a) axioma social: que prevê a interação adequada da sociedade com a natureza; b) axioma biocultural: que alinha proteção da biodiversidade e da diversidade cultural; c) axioma bioproductivo: que combine APs e manejo da biodiversidade, com o princípio de “produzir conservando e conservar produzindo” (Toledo, 2005, p. 78, tradução livre).

Com foco na biorregião como escala de execução das políticas de manejo, Miller (1999 apud Martins, 2018) a conceitua como espaço geográfico, que contém um ou vários ecossistemas, com comunidades locais, agências governamentais e entidades científicas unidas para fomentar a sustentabilidade. A escala é determinada pelo vínculo da comunidade local e/ou pelos objetivos de manejo e conservação. Devem existir 4 elementos: a) áreas núcleo, rigorosamente protegidas, com alta biodiversidade e serviços ambientais; b) zonas de transição, para mitigar impactos negativos; c) corredores, faixas de terra ou água, que conectam as áreas; d) matriz, no qual as áreas, zonas e corredores estão localizados.

Nessa trilha, Gudynas (2002, p. 197) observa que os limites das biorregiões não são claros, pois “correspondem a zonas com diferentes sobreposições de aspectos ambientais, sociais e econômicos”. O autor discute o desenvolvimento do Cone Sul, delimitando biorregiões por semelhanças e afinidades, iniciando por suas características ecológicas, onde considera os usos agropecuários e extrativistas, e em seguida, os aspectos da “ocupação humana do território, com especial atenção aos povos originários, e às relações comerciais” (Gudynas 2002, p. 195, tradução livre). Delimitam-se, assim, grandes áreas que articulam as agroproduções, interações ecológicas e relações sócio-históricas.

Com essa compreensão de áreas integradas para conservação, Vieira e Ferretti (2025) definem a biorregião de pesquisa formada por pequenas e múltiplas comunidades, com nível de análise territorial estabelecido pela congruência de eventos naturais e sociais. A área se localiza no Delta do Parnaíba, Estados do Piauí e Maranhão, e é composta por com comunidades tradicionais que habitam o interior e o entorno da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba e da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.

No mesmo sentido está a biorregião do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu (Martins, 2018). A delimitação dessa biorregião é guiada pela singularidade da toponímia - nomes dados aos lugares conforme a sua formação paisagística - e engloba 2 biomas, 14 UCs, mais de 37 comunidades e 11 municípios entre Minas Gerais e a Bahia, em uma integração com vistas ao planejamento biorregional.

Essa configuração articulada de territórios é muito pertinente para áreas com UC de uso restrito, como os Parques e CTs no seu entorno (e/ou sobrepostas), caso comum no Brasil e tema do Mosaico PAEST. Pensar na biorregião como um mosaico de áreas interligadas, desenhando corredores ecológicos, é pensar na conservação ambiental na biogeografia cultural.

Assim, a biorregião possibilita uma investigação da área de estudo de forma complexa¹³, conectando singularidades de vegetação, clima, relevo, ancestralidades, manejos, desafios e desejos de futuros comuns. Oferece a oportunidade de que cada comunidade se conecte as outras para fortalecer suas identidades bioculturais, suas tecnologias que enriquecem a biodiversidade, suas lutas políticas e suas territorialidades biogeográficas, além de favorecer a governança compartilhada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

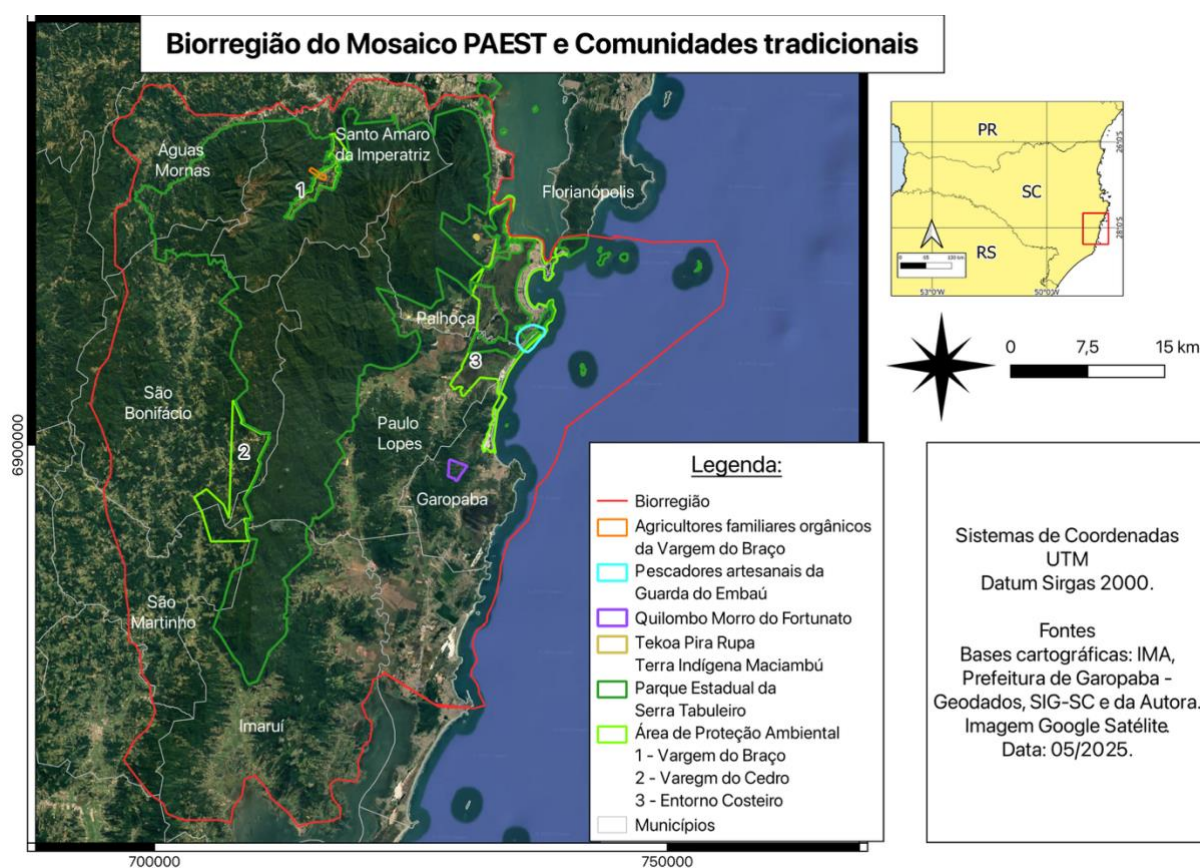
Na biogeografia cultural, destaque-se a compreensão de como as sociedades humanas transformam as paisagens ao longo de sua história coevolutiva complexa, interferindo na dinâmica interagente com a diversidade biótica e abiótica, em diferentes escalas de tempo, de usos e de valores e territorialidades, para orientar processos de conservação da vida (Figueiró, 2021; Furlan et al., 2016).

¹³ Conforme define Morin (2000, p. 31) “complexo originalmente significa o que se tece junto. O pensamento complexo, portanto, busca distinguir (mas não separar) e ligar”. A distinção das partes, para sua investigação, deve ser articulada ao conjunto em um movimento constante de contextualização, relacionada com as outras partes para compor o todo (MORIN, E. Da Necessidade de um Pensamento Complexo. MARTINS, F. M. e SILVA, J. M. (Orgs). In: **Para Navegar no Século XXI**. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2000).

A biorregião do Mosaico PAEST, caracteriza-se pela tecitura das comunidades tradicionais locais com o ecossistema, por meio de arranjos coletivos de manejo das paisagens e pela possibilidade de levar tecnologias ancestrais e de resiliência socioecológica para gestões descentralizadas. A biorregião é delimitada a partir da integração em simbiose das CTs com o seu ecossistema no entorno de uma AP. Desse modo, o reabitar configura-se em um habitar desde suas raízes ancestrais, que revelam seus saberes e suas conexões com sua biorregião e seus processos de r-existência frente aos domínios políticos-ambientais de seus territórios.

A biorregião é traçada com as terras das CTs e o Mosaico PAEST (figura 2). Esse Mosaico de Áreas Protegidas (Lei Estadual N. 14.661/2009) em SC, abrange uma UC restritiva, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST); e outras de uso sustentável, as três Áreas de Preservação Ambiental (APAs), com suas zonas de amortecimento e de transição; com geografias que vão da planície marítima até a montanha.

Figura 2– Imagem georreferenciada da biorregião do Mosaico PAEST para o estudo.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A área do Mosaico do PAEST está localizada em nove municípios entre a Grande Florianópolis e o litoral centro-sul catarinense. O Mosaico do PAEST tem a sua origem com a criação do Parque. O PAEST foi criado em 1975, pelo decreto nº 1.260 (IMA/SC, 2025), por

sua importância ecológica. Após sofrer anexação e desanexação de terras, conta atualmente com 841,7 km² e é a maior UC de proteção integral de SC, correspondendo a aproximadamente 1% do território estadual. As APAs decorrentes da desafetação da UC em 2009 (Lei Estadual N. 14.661) são: a APA do Entorno Costeiro; da Vargem do Braço; e da Vargem do Cedro.

O PAEST é uma área de preservação de mananciais hídricos e uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, protegendo mais de 70 mil hectares contínuos desse bioma. Abriga recursos geossociobiodiversos únicos, com destaque para a biodiversidade de espécies, muitas ameaçadas de extinção; a variabilidade botânica, com a presença significativa de espécies endêmicas; e aspectos geológicos e paisagísticos de relevância monumental (Pimenta, 2016).

Essa AP protege cinco das seis formações vegetais do bioma Mata Atlântica existente em SC. Do alto dos campos até o mar, reúne a Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucárias) e campos de altitude, nas áreas mais altas e frias. Nas encostas superiores da serra, ocorre a mata nebulosa, envolta em neblina formada pela condensação da umidade proveniente do mar, seguida da Floresta Ombrófila Densa, que cobre as serras e ocupa a maior parte do Parque. Nas áreas mais baixas, ocorrem as florestas montanas e submontanas com fitofisionomia de Floresta Atlântica, e nas terras baixas da planície quaternária, sob forte influência marítima, a vegetação litorânea de restingas e manguezais (Ishiy et al., 2009).

O Parque abriga importantes mananciais hídricos, incluindo águas termais. É berçário de centenas de nascentes, como as dos rios da Vargem do Braço, Cubatão e D'Una, fundamentais para o abastecimento de água da Grande Florianópolis e de municípios do litoral sul. Situa-se em um ambiente que inclui quatro bacias hidrográficas, rio Cubatão do Sul (norte), rio Madre (leste); rio d'Una (sul) e rio Tubarão (centro-oeste) (CPRM, 2016 apud STCP, 2018).

Devido ao relevo e à vegetação, o Parque atua como um importante regulador climático. A classificação climática de Koppen apresenta dois tipos: o Cfa, subtropical úmido com verões quentes (temperaturas superiores a 22°C e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco), predominantemente nas baixadas e no litoral; e Cfb, subtropical úmido com verões brandos e invernos frios, chuvas uniformemente distribuídas, sem estação seca, e a temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C, com geadas de 10 a 25 dias anuais, predominantemente nas maiores altitudes. Ao longo do ano, a pluviosidade é bem distribuída, com precipitação média anual entre 1.200 a 1.600 mm (Pimenta, 2016).

Na biorregião vivem aproximadamente 919.549 mil habitantes¹⁴ em zonas urbanas e rurais. Os municípios se caracterizam como de pequeno porte (até 20 mil hab.), com áreas rurais

¹⁴ Total da soma estimada de populações dos 9 municípios do Mosaico PAEST, em IBGE (2024).

maiores que urbanas¹⁵ e têm na prestação de serviço, na agricultura, pecuária e silvicultura as principais gerações de renda (STCP, 2018).

Parte das comunidades humanas que habitavam esse território há milhares de anos, bem como as de épocas mais recentes, confluíram com o meio e, como consequência de suas práticas e conhecimentos, contribuiu para a sua conservação. Conservado, esse ambiente foi destinado ao Parque Estadual. Após a delimitação e implementação do Parque, as populações humanas devem ser retiradas de seus lugares de vida.

A desapropriação dos moradores rurais e tradicionais coloca em risco não apenas o legado de saberes e fazeres diretamente ligados àquele ecossistema, mas também suas vidas profundamente conectadas às paisagens da biorregião (Diegues, 2008; Krenak, 2020). O PAEST desapropriou terras de comunidades pesqueiras artesanais do litoral, agricultores da encosta da serra e das planícies, pedreiros, quitandeiros, marceneiros, carroceiros, donas de casa, costureiras, lavadeiras (Coelho dos Santos, 1975). Famílias seguem aguardando indenização (SPTC, 2008). A população indígena foi invisibilizada.

As CTs da biorregião são identificadas por seus modos singulares de organização nas paisagens. Por Povos e Comunidades Tradicionais compreende-se grupos sociais diferenciados, provenientes de situações histórico-culturais e territoriais particulares, e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, e usam e ocupam a terra como condição para sua reprodução e subsistência em todas as esferas. (Decreto 6.040/2007; Brasil).

A pesquisa está em andamento e iniciará a fase de contato efetivo com as comunidades nos próximos meses, após a autorização da Plataforma Lattes¹⁶; assim, as características e as relações de cada CT com o seu ecossistema ainda serão aprofundadas. Com as revisões bibliográficas e visitas iniciais, observou-se na biorregião que as identidades são uma construção coletiva distintas por comunidades tradicionais, mas que se entrecruzam no conhecimento ancestral e regenerativo advindo da estreita relação com o ambiente. Isso indica que as comunidades foram amplamente integradas e adaptadas às suas áreas geográficas, em

¹⁵ Salvo exceções como nos municípios de Florianópolis e Palhoça que são de grande porte; e Florianópolis e Garopaba por terem mais áreas urbanizadas.

¹⁶ O Comitê de Ética (CEP), na Plataforma Brasil (parecer CAAE: 84114324.6.0000.0121/16.04.25) e o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC) (PARECER n° 24/2025/IMA/GEANP 03.04.2025), órgão responsável pelo gerenciamento do Mosaico PAEST, deram o aceite a esta pesquisa. Os documentos foram enviados para a instância seguinte, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CONEP), órgão responsável para as pesquisas que envolvem povos indígenas e para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e aguarda a autorização.

uma coevolução sensível com esses ecossistemas, compreendendo-se como parte de uma comunidade maior: ampla, diversa e complexa.

As CTs têm expressado sua vontade em contribuir com os planos de manejo e construir uma governança partilhada, como foi exposto nas oficinas do Plano de Manejo do PAEST (STCP, 2018) e no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Povo Guarani na Terra Indígena Morro dos Cavalos/ Tekoa Yma (2021). Os indígenas da Tekoa Yma relatam: “Acreditamos que a gestão compartilhada da sobreposição da nossa terra com a área da UC é de interesse de ambas as partes, para garantia do bem maior: a biodiversidade local” (Povo Guarani da TI Morro dos Cavalos, 2021, p. 36). Conforme o Cadastro Nacional de UC (MMA, 2025) nenhuma das quatro APs tem Conselho Gestor atualmente.

Para a AP, o somar de conhecimentos pode abrir novas *trilhas* de conservação, com as tecnologias das CTs e fortalecer uma parceria. Essas parcerias incluem apoio das CTs na fiscalização e na divulgação da importância das APs. Para as CTs podem significar o a segurança ambiental proporcionada pelas leis de conservação associadas a UC de proteção integral, além do envolvimento turístico que o Parque impulsiona na biorregião. Trata-se de uma cogestão com repartição de benefícios.

Os desafios do Mosaico refletem desafios globais da conservação. As discussões atuais nos maiores organismos internacionais que regulam as APs, indicam a necessidade de diálogo entre APs e as CTs sobrepostas e/ou em seu entorno. Esse diálogo inclui tanto a valorização dos seus modos de vida e dos seus conhecimentos tradicionais e a inclusão na governança, partindo do pressuposto básico que esses locais preservados só existem pela ação retroalimentar dessas comunidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biorregião do Mosaico PAEST apresenta-se como um terreno fértil para estudar a dinâmica biogeográfica e complexa que permeia as relações entre as sociedades, a conservação do patrimônio, a geração de vida interespecies, com modos de organização e regeneração das paisagens e do habitar das territorialidades. A aplicação da biorregião para definir a área de estudo configura uma tecitura geográfica do seu próprio objeto de estudo: a ação do ser humano no espaço de forma fundante. Trabalhar com a perspectiva de uma biorregião em mosaico, integra a possibilidade de propor corredores biogeográficos para conectá-la. Essa abordagem é relevante na análise da área estudada, uma vez que a complexidade dos seres e da sociedade se manifesta concretamente na biorregião, enquanto cerne das relações e das contradições entre proteção e uso. A produção dos sistemas de denominação de plantas, animais, regiões, crenças

são projeções e representações sociais situadas nas dinâmicas locais (Krenak, 2022), nas construções e nas paisagens das territorialidades que carregam em si modos de usar e cobrir a terra em *biogeografias* enraizadas nas culturas tecidas junto ao seu solo.

REFERÊNCIAS

BERG, P. A Biorregionalism: na introduction. In: British periodical resurgence N. 98, may/june, 1983. Update/Atualizado In: **Planet Drum**, 2002. Disponível em: <https://planetdrum.org/bioregions-an-introduction/> Acesso em: 9 de set. de 2025.

BERG, P. e DASMANN, R. Reinhabiting a Separate Country. In: **Planet Drum**, 1978. Disponível em: <http://www.columbiana.org/bioregions.htm> Acesso em: 20 de ago. de 2025.

BERG, P. et al. Bioregionalism – biorregional education workbook, 2013. Disponível em: https://planetdrum.org/wp-content/uploads/2023/06/bioregionalismo-english-New-Final2023-2013-05-18_Judy-edit-with-changes-highlighted-for-JT-unhighlighted.pdf Acesso em: 7 de ago. de 2025.

BOFF, L. O biorregionalismo como alternativa ecológica. In: Congresso em foco. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/67142/o-biorregionalismo-como-alternativa-ecologica>. Acesso em: 02 de ago. de 2025. Publicado em: 10 de dez. de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: Diário Oficial da União, Seção I, 19 de julho de 2000.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais#> Acesso em: 13 de jun. de 2024.

COELHO DOS SANTOS, S. (Coord.). **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos sociais e culturais.** Florianópolis: UFSC/FATMA, vol. I e II, 1976.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec. 2008.

Eco-Ecuador Bioregional Education Index. In: **Planet Drum**. [s.d.]. Disponível em: <https://planetdrum.org/category/projects/eco-ecuador/project-reports/> Acesso em: 20 de ago. de 2025.

EVANOFF, R. Bioregionalism: A Brief Introduction and Overview. In: **The Aoyama Journal of International Politics, Economics and Communication**, nº. 99, Nov, 2017.

EVANOFF, R. A Bioregional Perspective on Global Ethics. In: **Eubios Journal of Asian and International Bioethics**, nº 9, p. 60-62, 1999.

EVANOFF, R. Bioregionalism Comes to Japan: An Interview with Peter Berg. In: **Japan Environment Monito.** p 97–98: v1, 4–7, 1998.

FIGUEIRÓ, A. S. Biogeografia, historicidade e episteme: notas para a compreensão de uma natureza híbrida no antropoceno. **Humboldt - Revista de Geografia Física e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 2021.

FIGUEIRÓ, A. S. Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos. **Revista Geonorte**, edição especial, v.4, nº 4, p.57-77, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2009.

FLORES, D. Place: Thinking about bioregional history. In: McGinnis, M. V. (Org). **Bioregionalism**. Ed. London: Routledge, 2005.

FURLAN et al. Biogeografia: reflexões sobre temas e conceitos. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.97-115, v.12, nº 18, especial GT Anpege, 2016.

GLOTFELTY, C. Introducion. In: Glotfelty, C.; Quesnel, E. (Orgs.). **The Biosphere and the Bioregion: Essential Writings of Peter Berg**. Ed. London: Routledge, 2015.

GUDYNAS, E. El concepto de Regionalismo Autónomo y el desarrollo sustentable en el Cono Sur. In: **Sustentabilidad y regionalismo en el Cono Sur**. E. Gudynas, Montevideo, 2002.

IBC - Instituto Biorregional do Cerrado. Disponível em: <https://www.ibccerrado.org>. Acesso em: 14 de ago. de 2025.

IMA/SC. Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. **Consulta de dados**. Disponível em: <http://geoseuc.ima.sc.gov.br/#/> Acesso em: 23 de abr de 2025.

ISHIY T. S. et al. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro retratos da fauna e da flora**. Florianópolis: CriAG, 2009.

KLYZA, C. M. Bioregional possibilities in Vermont. In: McGinnis, M. V. (Org). **Bioregionalism**. Ed. London: Routledge, 2005.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTINS, G. I. Da região natural à biorregião: a natureza como fundamento para divisão do espaço geográfico. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, p.42-72, v.13, nº 21, mai-ago, 2017.

MARTINS, G. I. O planejamento biorregional como estratégia de gestão ambiental no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – Norte de Minas Gerais. In: **Revista Formação** (online), p. 179-208, v. 25, nº 44, jan-abr, 2018.

MCGINNIS, M. V. A rehearsal to bioregionalism. In: MCGINNIS, M. V. (Org). **Bioregionalism**. Ed. London: Routledge, 2005.

MCGINNIS, M. V.; HOUSE, F.; JORDAN III, W. Bioregional restoration: Re-establishing an ecology of shared identity. In: McGinnis, M. V. (Org). **Bioregionalism**. Ed. London: Routledge, 2005.

MEDEIROS, A. A.; VASCONCELLOS, M. P. El éxodo urbano y el contexto de la pandemia de COVID-19: reflexionando transiciones en los modos de vida contemporáneos y su impacto biorregional. In: **Revista Latinoamericana, Estudios de la Paz y el Conflicto**, v. 6, nº 11, Enero-Junio, 2025.

MMA: **Secretaria Nacional de Biodiversidade, Floresta e Direitos Animais**. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/dap/cadastro-nacional-de-ucs/> Acesso em: 14 de nov. de 2024.

PAVÃO, S.; GISLOTI, L. J. Memórias bioculturais dos Guarani-Kaiowá sobre a floresta e os seres que a coabitam: ecologia cosmopolítica na perspectiva da etnoconservação. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 18(2), 2023.

PIMENTA, L. H. F. **Estudo da geodiversidade e do geopatrimônio da Mata Atlântica do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e do mosaico das Terras do Massiambu com base em Sistema de Informação Geográfica (SIG)** [Tese (Doutorado em Geografia)]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C.W. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista Territorium** 27 (II), Coimbra, 2020.

POVO GUARANI DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS. **Plano de gestão territorial e ambiental**. Palhoça/SC, 2021.

SALE, K. **Dwellers in the Land - The Bioregional Vision**. Londres: The University of Georgia Press, 2000.

SATO, M; PASSOS, L. A. Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania. In: LOUREIRO, Carlos et al. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, W. A. Biorregionalismo - conceito e aspectos. In: **Revista GeoSertões** (Unageo-CFP-UFCG). v. 6, nº 12, jul./dez. 2021.

STCP Engenharia de projetos Ltda. **Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Curitiba, PR: Engenharia de Projetos Ltda, 2018.

TOLEDO, V. M. Repensar la conservación: ¿áreas naturales protegidas o estrategia bioregional? In: **Gaceta Ecológica**, núm. 77, octubre-diciembre, pp. 67-83. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales. Distrito Federal, México, 2005.

VIEIRA, V. B.; FERRETTI, O. E.. Uso comum e os conflitos ambientais na biorregião do Delta do Parnaíba. In: **Anais do XV ENANPEGE** (Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Palmas/TO, 2024).

WAISSBLUTH, D. Bioregionalism, Community and environmental ethics: an approach to geographical borders. In: **Intus-legere filosofia**. v. 10, nº 2, 2016.